

5 - Direito humano à educação no Brasil: uma conquista para todos/as?¹

Susana Sacavino

Introdução

Vivemos em um país e num mundo marcados por contrastes e desigualdades de recursos, oportunidades e direitos. Onde, cada vez mais, uns poucos concentram muito e a grande maioria sofre escassez e exclusão. Não se trata apenas de recursos financeiros, mas de outros bens e direitos, como espaço de participação, voz ativa, poder de decisão, informação e oportunidades de aprendizagem.

O documento da Relatora Especial sobre o direito à educação da Comissão de Direitos Humanos da ONU afirma que este direito articula entre si as diferentes gerações (primeira, segunda e terceira) conferindo a integralidade aos mesmos quando destaca que

o direito à educação invalida a dicotomia dos direitos humanos que separa os direitos civis e políticos dos direitos econômicos, sociais e culturais, já que engloba todos ao afirmar e afiançar a universalidade conceitual desses direitos negando-se a aceitar que a desigualdade e a pobreza sejam fenômenos contra os que não se pode lutar. (TOMASEVSKI, 2004, p.15).

Somos conscientes que o direito à educação é mais amplo que o direito à escola, e que os processos educativos permeiam toda a vida das pessoas com diferentes dimensões e fases. Neste trabalho, o nosso foco em relação com o direito à educação está centrado na escola, especificamente na Educação Básica, no que se refere ao Ensino Fundamental.

No Brasil, apesar do aumento e expansão da matrícula nos últimos anos, especialmente no ensino fundamental, há, ainda, um número significativo de crianças e adolescentes fora da escola: 3,95% da população de 7 a 9 anos. Este número sobe para 14% na região Nordeste e 15,6%

1 Este texto foi apresentado no XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, realizado em Recife, no período de 23 a 26 de abril de 2006.

na região Norte. Entre a idade de 10 a 14 anos, o número de crianças fora da escola é de 6,39% para o Brasil e 14% para o Norte e Nordeste. Os dados demonstram que a universalização do atendimento escolar ainda não ocorreu, e continua estando bastante distante. (PLATAFORMA BRASILEIRA..., 2003, p.129).

A democratização da aprendizagem e a universalização dos direitos educacionais requerem tanto vontade política quanto uma sociedade civil fortalecida, com espaço e voz para poder participar efetivamente do sistema educacional. É preciso mudar a maneira de se definir e implementar as políticas e práticas educacionais, distribuindo, de maneira mais equitativa, os recursos para que a população brasileira possa desfrutar do direito à educação garantido pela Constituição Federal.

A educação como Direito Humano

A educação entendida como um Direito Humano é um tema ainda pouco trabalhado desde o ponto de vista conceitual. É mais abundante a bibliografia que trata da educação para e em Direitos Humanos.

De acordo com o Relatório Nacional sobre Direito Humano à Educação, conceber a educação como Direito Humano diz respeito a considerar o ser humano na sua vocação ontológica de querer “ser mais”, diferentemente dos outros seres vivos, buscando superar sua condição de existência no mundo. Para tanto, utiliza-se de seu trabalho, transforma a natureza, convive em sociedade. Ao exercitar estas capacidades, o ser humano faz história, transforma o mundo, estando presente nele de uma maneira permanente e ativa. E a educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana, entendida a educação em suas diferentes acepções, no âmbito formal do sistema escolar e no âmbito não formal. (PLATAFORMA BRASILEIRA..., 2003).

De acordo com o referido documento da Relatora Especial sobre o direito à educação da Comissão de Direitos Humanos da ONU no plano internacional, a garantia da educação obrigatória e gratuita, desde 1921, está vinculada à eliminação do trabalho infantil. (TOMASEVSKI, 2004, p. 8). A base de sustentação desta afirmação era, e continua sendo, a de que a garantia do direito à educação abre a porta para outros direitos, enquanto a sua negação traz consigo a negação de outros direitos e a perpetuação

da pobreza. Desde o ponto de vista econômico, se baseia no princípio de que o investimento em educação deve corresponder aos governos porque produz rendimentos econômicos de longo prazo. Além disso, a educação constitui um bem público porque representa a forma mais estendida de socialização das crianças.

O direito à educação, juridicamente, é reconhecido tanto no cenário internacional como no nacional. No plano internacional, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil, e que, em seu artigo 13, afirma:

Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e a fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. [...] Mais adiante, no mesmo artigo, se declara que Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem que, com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito:

– A educação primária deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos.

– A educação secundária em suas diferentes formas, inclusive a educação secundária técnica e profissional, deverá ser generalizada e tornar-se acessível a todos, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito. (COMPARATO, 2004, p. 353).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 dedica vários artigos ao direito à educação. No artigo 205, afirma que

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988, p. 195).

A reafirmação da educação como direito do cidadão e dever do Estado, da sociedade e da família, amplia a definição de educação e do campo de aplicabilidade do princípio do direito. Assim, segundo Cury (2000), os movimentos sociais, as práticas sociais e a experiência do

trabalho são considerados educativos. E a educação escolar conhece novos contornos, dos que destacamos os referidos ao Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental, na Constituição Federal, foi re-confirmado como obrigatório e gratuito e, quando ofertado pelos poderes públicos, tornou-se um direito público subjetivo. Isto significa que, no caso da educação, o titular deste direito é qualquer pessoa, de qualquer idade, que não tenha tido acesso à escolaridade obrigatória na idade apropriada ou não. Ele é subjetivo porque é inerente ao seu titular. E como o sujeito deste dever é o Estado, constitui-se num direito público. O direito público subjetivo deixa bem clara a vinculação substantiva e jurídica entre seu titular – a pessoa – e o sujeito do dever – o Estado. Na prática, isto significa que o titular de um direito público subjetivo tem asseguradas a defesa, a proteção e a efetivação imediata desse direito quando negado. Qualquer criança ou adulto que não tenha se beneficiado do Ensino Fundamental, pode exigí-lo e o juiz deve deferir imediatamente, obrigando as autoridades constituídas a cumprirem a decisão sem mais demora. O não cumprimento, por parte das autoridades, implica a responsabilidade da autoridade competente. (art.208, 2º). (CURY, 2000, p.17-18).

Também a Constituição Federal, adotou, em seu artigo 227, a Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas que, segundo Antônio Carlos Gomes da Costa e Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima, estabelece um novo *status* em relação à criança e ao adolescente, ao reconhecê-los como sujeitos de direito, implicando em não serem mais tratados como objetos passivos da intervenção da família, da sociedade e do Estado. (apud ARANTES, 2001, p. 1).

O que é importante salientar, de acordo com Arantes, é que, nesta nova Doutrina, a criança passa a ser considerada em sua dignidade de pessoa humana e sujeito pleno de direito: à vida, à educação, à saúde, ao lazer, à convivência familiar, à dignidade etc., cabendo a todos nós – família, Estado e sociedade – o dever de garantir estes direitos, com absoluta prioridade.

Argumentam, ainda, Costa e Lima (apud ARANTES, 2001, p. 1)

que a condição de sujeito de direito está intimamente relacionada ao Direito à Educação, na medida em que não se pode, hoje, exercer a cidadania sem se apoderar dos

códigos da modernidade , ainda que seja para criticá-los e fazer novas proposições.

Ainda no plano nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, votada em dezembro de 1996, no seu artigo 2º, afirma que

a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Apesar de toda esta legislação nacional e internacional, que afirma e protege o direito à educação, no Brasil o número de pessoas sem acesso à escola e a um ensino de qualidade ainda é significativo. Não é possível construir um país socialmente justo se não for realizando, na prática, a afirmação da Conferência Mundial da ONU sobre Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, que afirma que a democracia, o desenvolvimento e o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais são conceitos interdependentes que se reforçam mutuamente, quando grandes contingentes de crianças, adolescentes e adultos estão, ainda, excluídos do direito à educação.

Além das normas jurídicas, ainda em 1990, em Jomtiem, na Tailândia, 155 governos nacionais se comprometeram em promover a “Educação para Todos” até o ano 2000. Apesar dos impressionantes avanços da ciência e da tecnologia, esse compromisso não foi cumprido. Em abril de 2000, 185 governos encontraram-se na cidade africana de Dakar, para repactuar os compromissos com uma “Educação para Todos” até o ano de 2015.

Determinados a mudar esse quadro de exclusão do direito à educação, agências humanitárias, ONGs, ativistas pelos direitos das crianças e sindicatos de professores, em 150 países, uniram forças, durante a preparação da conferência de Dakar, em 1999, para lançar a Campanha Global pela Educação. Esta campanha, no Brasil, é assumida através da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que representa a ação de mais de 120 instituições de todo o país, incluindo ONGs nacionais e internacionais, sindicatos, universidades, secretárias e secretários de educação e organizações estudantis e juvenis.

A Campanha quer efetivar os direitos educacionais garantidos por lei, por meio de ampla mobilização social, para que todo cidadão e cidadã brasileiros tenham acesso a uma escola pública de qualidade. (www.campanhaeducacao.org.br).

Situação Brasileira em relação ao direito à educação

Segundo o Relatório Nacional sobre Direito Humano à Educação, de 2003, o crescimento do ensino básico² no país se deu, prioritariamente, através da ampliação do ensino público. A participação do ensino privado na Educação Básica é minoritária em todas as suas etapas. As quatro primeiras séries do ensino fundamental são ofertadas em maior número de vagas pelo ensino municipal público (64,58%), resultado do acelerado processo de municipalização ocorrido no país nos últimos anos. A oferta em nível público estadual se encarrega, ainda, prioritariamente, pelas quatro últimas séries do Ensino Fundamental (57,51%) e pelo Ensino Médio (83,77%). (PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS..., 2005, p.129).

Nota-se, também, que nos últimos anos (1991-2000), o crescimento das matrículas totais, considerando a somatória do Ensino Pré-escolar, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, vem ocorrendo em proporção maior nas regiões mais pobres do país, no Norte (51,63%) e Nordeste (35,26%); em relação às regiões de maior renda, o Sul e o Sudeste (média de 19,75%), evidenciando um movimento importante de democratização da oferta, embora ainda insuficiente. (PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS..., 2005, p.128).

Por que então, apesar deste crescimento na oferta de vagas para o Ensino Fundamental, ainda existe um número significativo de crianças e adolescentes fora da escola, como já salientamos no início deste trabalho?

Diversos fatores são apontados como responsáveis por esta situação que, além de não atingir a todos, não favoreceu a articulação do crescimento da oferta de vagas e uma melhoria na qualidade do ensino. Os

2 O sistema Educacional Brasileiro está organizado em Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica é formada pela Educação Infantil (constituída de creches para as crianças até 3 anos e pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos), pelo ensino fundamental de 8 anos e Ensino Médio de, no mínimo, 3 anos.

fatores de maior incidência que prejudicam a qualidade da escola pública, seriam, de acordo com o mesmo relatório, o elevado número de alunos/as nas salas de aula, a diminuição no tempo das aulas, a precária qualificação dos professores/as, com profissionalização frágil e baixos salários, instalações materiais inadequadas e falta de apoio de material pedagógico. A estes fatores se somam os de ordem cultural, que também têm um peso significativo quanto ao aproveitamento por parte dos alunos/as. A escola pública, antes elitizada, ao se massificar, passou a receber uma outra população, pobre, com maiores dificuldades relacionadas à cultura escolar e com padrões culturais diferentes dos que a escola estava acostumada a lidar. Os próprios dados demonstram o quanto a escola ainda tem dificuldades em considerar a diversidade cultural na sua própria dinâmica.

Além disso, esses mesmos fatores também seriam responsáveis pelos elevados índices de evasão e repetência que, mesmo havendo diminuído nos últimos anos, ainda são elevados, sendo de 19,5% para o Brasil, de 27,3% para o Norte e de 27,5% para o Nordeste. (PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS..., 2005, p.131).

Um outro elemento, também de importância, é o número significativo de crianças e jovens ainda fora do sistema de ensino, que, acrescido do processo de retardamento da escolaridade, provocado pelos elevados índices de evasão e repetência, acabam por evidenciar, ainda, altíssimas taxas de defasagem idade/série. Em 2001, o índice de defasagem idade-série era de 50% para a 5ª série, o que significa que apenas metade dos alunos que freqüentavam esta série, estava na idade adequada, 10 ou 11 anos; 45,7% na 8ª série; 58% na 1ª série do Ensino Médio e 50,8% na 3ª série desse nível de ensino. (PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS..., 2005, p.131).

Todos esses dados apontam para o fato de que a expansão da oferta do ensino no Brasil, se por um lado, produziu um processo de democratização ao incorporar elevada parcela da população aos sistemas públicos de ensino, por outro, ao não ser acompanhada pela qualidade necessária, limitou esta democratização, criando um novo tipo de exclusão, agora não mais apenas pela ausência da oferta, mas também pelo fato da criança não conseguir permanecer na escola para realizar a sua escolarização. De 100 alunos que ingressam no ensino fundamental, apenas 59 conseguem terminar a oitava série e somente 40 chegam ao final

do Ensino Médio, gerando-se, assim, um elevado número de analfabetos funcionais. Fica evidente, uma vez mais, que as iniciativas governamentais ainda são insuficientes e a efetivação do direito à educação como um dever do Estado, no Ensino Fundamental, ainda deixa muito a desejar.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

No dia 10 de dezembro de 2003, o Governo Federal do Brasil, através do Ministério de Educação e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). É a primeira vez que o Brasil conta com um instrumento deste tipo. O PNEDH é um passo importante no caminho atual de efetivação e implementação do direito à educação.

O PNEDH, na condição de política pública, apresenta-se como um instrumento orientador e fomentador de ações educativas, no campo da educação formal e não formal, nas esferas pública e privada. Reflete as ações que estão sendo desenvolvidas no país, envolvendo iniciativas de instituições públicas, organizações da sociedade civil e contribuições recebidas por meio de consulta pública e das recomendações do documento da UNESCO sobre a Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos e para uma Cultura de Paz (1995-2004).

O PNEDH entende os Direitos Humanos no seu sentido amplo, decorrentes da dignidade do ser humano, abrangendo, entre outros: os direitos à vida com qualidade, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança, ao trabalho e à diversidade cultural.

Educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas. (BRASIL, 2003, p.7)

Essa concepção incorpora a compreensão de uma cidadania democrática, ativa e planetária, embasada nos princípios de liberdade, igualdade e diversidade e na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.

Trata-se de um enfoque que supõe, necessariamente, um processo de construção de cidadania ativa, que implica a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Para esse processo, a educação é fundamental, constituindo tanto um direito humano em si mesmo, como um meio indispensável para realizar e reivindicar outros direitos no nível individual e coletivo.

Em relação com a Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, o documento afirma que constituem exigências fundamentais favorecer, desde a infância, a formação de sujeitos de direito e priorizar pessoas e grupos excluídos, marginalizados e discriminados pela sociedade. E, neste sentido, a educação em direitos humanos se situa tendo como referenciais os seguintes princípios:

- A educação básica, como um primeiro momento do processo educativo ao longo de toda a vida, é um direito social inalienável da pessoa humana e dos grupos sócio-culturais;
- A educação básica exige a promoção de políticas públicas que garantam a sua qualidade;
- A construção de uma cultura de direitos humanos é de especial importância em todos os espaços sociais. A escola tem um papel fundamental na construção dessa cultura, contribuindo na formação de sujeitos de direito, mentalidades e identidades individuais e coletivas;
- A educação em direitos humanos, sobretudo no âmbito escolar, deve ser concebida de forma articulada ao combate do racismo, sexismo, discriminação social, cultural, religiosa e outras formas de discriminação presentes na sociedade brasileira;
- A promoção da educação intercultural e do diálogo inter-religioso constitui componente inerente à educação em direitos humanos;
- A educação em direitos humanos deve ser um dos eixos norteadores da educação básica e permear todo o currículo, não devendo ser reduzida à disciplina ou à área curricular específica (BRASIL, 2003, p.17).

Considerações Finais

Como foi evidenciado neste trabalho, apesar dos diferentes esforços realizados até o momento, em relação à efetivação do direito à educação no Ensino Fundamental, este direito ainda não conseguiu atingir sua universalidade no país, do ponto de vista quantitativo, nem qualitativo.

É grande, ainda, o número de pessoas adultas, jovens e crianças que não têm acesso à cidadania plena e que não conhecem seus direitos. A premissa de que a Educação como Direito Humano é um elemento fundamental, na construção da cidadania e da justiça com equidade social, ainda não se concretizou no país. Neste contexto, a promoção de uma educação pública de qualidade representa um importante instrumento de melhoria social e de democratização de oportunidades.

No entanto, concordamos com o Relatório Nacional sobre Direito Humano à Educação (2003), quando afirma que as políticas educacionais, no modelo neoliberal dos últimos anos, no país, fizeram com que se reforçasse uma tendência a manter um “pobre” sistema público de ensino para os pobres, agora de forma extensiva, e um sistema privado paralelo, cada vez mais sofisticado para os ricos. Uma nova forma de exclusão social na educação vem ocorrendo, não mais fundamentalmente pela ausência de vagas, mas pela qualidade do ensino oferecido, que afeta, particularmente, aos grupos excluídos, fazendo com que o aluno/a não consiga aprender o que é necessário aprender.

Referências

ARANTES, E. M. de M. Breves. **Anotações Sobre Direito à Educação, Medidas de Proteção e Medidas Socioeducativas.**

<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001/edc/edctxt3.htm>

Acesso em: 23 jun. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).** Brasília, 2003.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO.
Disponível em: www.campanhaeducacao.org.br. Acesso em: 23 jun. 2005.

COMPARATO, F.K. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.
In. _____. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos,
Sociais e Culturais, art. 13**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CURY, C.R. J. A evolução da legislação. In: **Cadernos do
Observatório. Especial Observatório da Educação 2000**. Rio de
Janeiro: Ibase, 2000.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2003**. Disponível em: [www.
ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 23 jun. 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

LUCENA, H.P. et al. Direito à Educação. In: **Enciclopédia Digital
Direitos Humanos**. Edição II. Disponível em: www.dhnet.org.br.
Acesso em: 23 jun. 2005.

OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA. **População Pobre versus
Mercado: Relatório 2003**. Rio de Janeiro: Ibase, 2003.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS,
ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. **Relatório Brasileiro
sobre Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais 2003**.
Disponível em: www.dhescbrasil.org.br. Acesso em: 23 jun. 2005.

TOMASEVSKI, K. **Los Derechos Económicos, Sociales y
Culturales: el derecho a la educación**. ONU: Consejo Económico y
Social, 2004.

